



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

DECRETO Nº 6.249, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

- [Revogado pelo Decreto nº 10.431, de 29-3-2024.](#)

~~Dispõe sobre a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social— CONSEGS e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº-26185202,~~

~~D E C R E T A:~~

~~Art. 1º-Fica o Secretário da Segurança Pública e Justiça autorizado a criar Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social— CONSEGS destinados a colaborar na solução de problemas relacionados com a segurança da população.~~

~~§ 1º-Constituirá base para atuação dos Conselhos a área correspondente a cada Distrito Policial ou a área do respectivo município.~~

~~§ 2º-Mediante estudo detalhado sobre o índice de criminalidade, o número de habitantes e o grau de necessidade, poderão ser criados mais de um Conselho, numa mesma base, para atender às peculiaridades locais.~~

~~Art. 2º-Os Conselhos a que se refere o art. 1º-serão constituídos de Membros Efetivos e seus Suplentes, residentes e domiciliados no Município ou na região do respectivo Conselho, indicados, como respectivos representantes pelas seguintes entidades:~~

~~I—entidades comunitárias e culturais;~~

~~II—clubes prestadores de serviço;~~

~~III—lojas maçônicas;~~

~~IV—Câmara de Dirigentes Lojistas;~~

~~V—Ordem dos Advogados do Brasil (Seccional ou Subseccional);~~

~~VI—associações industriais e comerciais;~~

~~VII—instituições de ensino;~~

~~VIII—Conselho Tutelar;~~

~~IX—instituições religiosas (Igrejas, Centros Espíritas, etc.);~~

~~X—Conselho Municipal de Assistência Social;~~

~~XI—Conselho Municipal de Saúde;~~

~~XII—Associações de Políticas Ambientais.~~

~~Art. 3º-Os Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social— CONSEGS contarão com:-~~

~~I—Conselho Fiscal—composto por 03 (três) membros, com igual número de suplentes, observadas as mesmas condições de escolha estabelecidas para a os Membros Efetivos, de que trata o art. 2º, caput.~~

~~II—Conselho Técnico—composto pelo Delegado de Polícia titular; pelo comandante da Unidade Policial Militar da área do Distrito Policial ou do território do Município; pelo Comandante da Unidade do Corpo de Bombeiros Militar; pelo Promotor de Justiça; por representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal.~~

~~Parágrafo único. As autoridades mencionadas no art. 3º, inciso II, farão parte do Conselho Comunitário de Segurança e Defesa Social— CONSEGS, como Conselheiros Técnicos, sem prejuízo de suas funções e sem direito a remuneração.~~

~~Art. 4º-A constituição e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social— CONSEGS serão regulamentados por portaria do Secretário da Segurança Pública e Justiça.~~

~~Art. 5º-Fica revogado o Decreto nº-4.710, de 12 de setembro de 1996.~~

~~Art. 6º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 20 de setembro de 2005, 117º da República.~~

~~MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
Jônathas Silva~~

~~(D.O. de 23-09-2005)~~

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 23.09.2005.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislação Relacionada	Decreto Numerado Nº 10.431 / 2024
Órgãos Relacionados	Conselho Estadual do Meio Ambiente Corpo de Bombeiros - BOMBEIROS Poder Executivo Poder Legislativo Polícia Militar - PM Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Categorias	Política pública de prevenção à violência Políticas Públicas